

BV Corretora de Seguros S.A.

**Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2023**

BV Corretora de Seguros S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	1
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	2

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. A BV CORRETORA DE SEGUROS E SUAS OPERAÇÕES	9
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	10
4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS	14
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15
6. ATIVOS FINANCEIROS - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	15
7. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO	16
8. ATIVOS FISCAIS	16
9. ATIVO IMOBILIZADO (ATIVOS TANGÍVEIS)	17
10. OUTROS ATIVOS	18
11. PASSIVOS FISCAIS	18
12. OUTROS PASSIVOS	19
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19
14. RECEITAS DE SERVIÇOS E COMISSÕES	20
15. DESPESAS DE PESSOAL	21
16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	21
17. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	21
18. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22
19. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	22
20. PARTES RELACIONADAS	24
21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	25
22. GERENCIAMENTO DE RISCOS	26
23. OUTRAS INFORMAÇÕES	28

BV Corretora de Seguros S.A.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da BV Corretora de Seguros S.A. relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A BV Corretora de Seguros S.A. (“BV Corretora” ou “Companhia”) (antiga “Votorantim Corretora de Seguros”) é uma companhia de capital fechado que opera na forma de corretora de seguros, principalmente na realização de corretagem, intermediação, administração, consultoria e angariação na área de seguros e na área de serviços de assistência caracterizados como serviços complementares às atividades de seguros.

As operações da Companhia são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro (Conglomerado Econômico-Financeiro Votorantim), inclusive em relação ao gerenciamento de riscos. As Demonstrações Contábeis, bem como Relatórios Gerencias do Conglomerado estão disponíveis no website <https://ri.bv.com.br/>.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a BV Corretora registrou Receitas de Serviços e Comissões no montante de R\$ 742,9 milhões, 57,4% superior ao mesmo período do ano anterior, quando registrou R\$ 472,1 milhões. O crescimento das receitas é reflexo principalmente da retomada do crescimento do mercado de financiamento de veículos, no qual o Banco Votorantim S.A. (holding do Conglomerado Econômico-Financeiro Votorantim) registrou expansão em 2023, atingindo níveis de originação recordes e que por sua vez refletiram na atividade da BV Corretora. A Companhia encerrou o exercício de 2023 com lucro líquido de R\$ 391,0 milhões, resultado este 32,2% superior ao lucro obtido no exercício de 2022 (R\$ 295,8 milhões).

A administração da BV Corretora agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

A Diretoria



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
BV Corretora de Seguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BV Corretora de Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BV Corretora de Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



BV Corretora de Seguros S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
-



BV Corretora de Seguros S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Maria José D. Mula Cury
Signed By: MARIA JOSÉ DE MULA CURY 1020171898
CPF: 1020171898
Signing Time: 20 de março de 2024 | 10:20:58 AM
© 2019 IBM Corp. - Serviço de Assinatura Digital do Brasil - ICP-Brasil
C: BR
Nº de ICP: AC SERASA RFB v1

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

BV Corretora de Seguros S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
ATIVO CIRCULANTE	-	63.069	149.025
Caixa e equivalentes de caixa	5	60	230
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6a	-	99.273
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	7	58.200	38.994
Ativos fiscais correntes	8a	4.005	9.990
Outros ativos	10	804	538
ATIVO NÃO CIRCULANTE	-	206.528	265.504
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6a	195.324	255.492
Ativos fiscais diferidos	8b	9.136	8.862
Ativo imobilizado (Ativos tangíveis)	9	63	73
Outros ativos	10	2.005	1.077
TOTAL DO ATIVO	-	269.597	414.529
PASSIVO CIRCULANTE	-	268.081	411.538
Provisões para contingências	19	664	571
Passivos fiscais correntes	11a	120.186	86.080
Outros passivos	12	147.231	324.887
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		316	1.791
Outros passivos	12	316	1.791
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	1.200	1.200
Capital social	13a	1.000	1.000
Reservas de lucros	-	200	200
TOTAL DO PASSIVO	-	269.597	414.529

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Corretora de Seguros S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Exercício/2023	Exercício/2022
Receitas de serviços e comissões	742.932	472.143
Impostos sobre serviços	(13.430)	(8.942)
LUCRO BRUTO	729.502	463.201
Despesas de pessoal	(53.820)	(35.173)
Outras despesas administrativas	(54.368)	(14.155)
Despesas tributárias	(68.998)	(45.220)
Outros resultados operacionais	(1.109)	(361)
RESULTADO ANTES DOS RESULTADOS FINANCEIROS	551.207	368.292
Receitas financeiras	32.520	76.990
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE O LUCRO	583.727	445.282
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	(192.764)	(149.473)
Impostos correntes	(193.037)	(146.386)
Impostos diferidos	273	(3.087)
LUCRO LÍQUIDO	390.963	295.809
RESULTADO POR AÇÃO		
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R\$	1.954.820	1.479.045
Quantidade média ponderada de ações (lote de mil)	200	200

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Corretora de Seguros S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Exercício/2023	Exercício/2022
Lucro líquido do período	390.963	295.809
Outros resultados abrangentes que são ou serão reclassificados subsequentemente para o resultado	-	-
Resultado abrangente total	390.963	295.809

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Corretora de Seguros S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	Nota	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		651.674	85.485	400.067	-	1.137.226
Aumento de capital	13a	85.285	(85.285)	-	-	-
Redução de capital	13a	(735.959)	-	-	-	(735.959)
Dividendos	-	-	-	(400.067)	-	(400.067)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	295.809	295.809
Destinações:	-					
Dividendos lucro	-	-	-	-	(295.809)	(295.809)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		1.000	200	-	-	1.200
Mutações do período		(650.674)	(85.285)	(400.067)	-	(1.136.026)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		1.000	200	-	-	1.200
Lucro líquido do período	-	-	-	-	390.963	390.963
Destinações:	-					
Dividendos	-	-	-	-	(390.963)	(390.963)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		1.000	200	-	-	1.200
Mutações do período		-	-	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Corretora de Seguros S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Exercício/2023	Exercício/2022
Fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais	-		
Resultado antes de impostos e contribuições sobre o lucro	-	583.727	445.282
Ajustes ao lucro antes dos impostos e contribuições sobre o lucro	-	(4.333)	(14.074)
Despesas / (reversão de despesas) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	19a	93	(83)
Depreciações	-	10	10
(Reversão de provisão) para cancelamentos de contratos de seguros nas receitas de serviços e comissões	-	(3.436)	(13.161)
Provisão / (reversão de provisão) para perdas ao valor recuperável (impairment) de investimentos por incentivos fiscais	17	(1.000)	(904)
Despesas / (receitas) de atualização de depósitos em garantia	17	-	64
Variações patrimoniais	-	99.397	919.600
(Aquisição / aumento) / redução de títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	159.440	239.032
(Aumento) / redução de ativos financeiros ao custo amortizado	-	(19.206)	691.226
(Aumento) / redução de ativos fiscais correntes e diferidos	-	5.985	(3.921)
(Aumento) / redução em outros ativos	-	(192)	(13.508)
(Redução) / aumento de passivos fiscais	-	(25.713)	(411)
(Redução) / aumento em outros passivos	-	(20.917)	7.182
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(133.218)	(140.954)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	-	545.573	1.209.854
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento	-		
Redução de capital	23a	-	(735.959)
Dividendos pagos	-	(545.743)	(473.844)
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento	-	(545.743)	(1.209.803)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	-	(170)	51
Início do período	-	230	179
Fim do período	5	60	230
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa	-	(170)	51

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Corretora de Seguros S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Exercício/2023		Exercício/2022	
Receitas / Despesas	-	774.343		548.772	
Receitas de serviços e comissões	14	742.932		472.143	
Receitas financeiras	6b	32.520		76.990	
Outros resultados operacionais	17	(1.109)		(361)	
Insumos adquiridos de terceiros	-	(45.699)		(9.881)	
Comunicações	16	(655)		(79)	
Processamento de dados	16	(13.633)		(1.841)	
Propaganda e publicidade	16	(80)		(8)	
Publicações	16	(15)		(15)	
Serviços técnicos especializados	16	(14.122)		(3.193)	
Outras	16	(17.194)		(4.745)	
Valor adicionado bruto	-	728.644		538.891	
Despesas de amortização/depreciação	16	(10)		(10)	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	-	728.634		538.881	
Valor adicionado total a distribuir	-	728.634	100,00%	538.881	100,00%
Contribuições Filantrópicas	-	7.912	1,09%	4.180	0,78%
Pessoal	-	46.835	6,43%	31.422	5,83%
Salários, honorários e demandas trabalhistas	15	29.937		22.258	
Participação nos lucros e resultados	15	7.389		4.562	
Benefícios, treinamentos e outros	15	6.854		3.272	
FGTS	-	2.655		1.330	
Impostos, taxas e contribuições	-	282.177	38,73%	207.386	38,48%
Federais	-	268.583		198.430	
Municipais	-	13.594		8.956	
Remuneração de capitais de terceiros	-	747	0,10%	84	0,02%
Aluguéis	16	747		84	
Remuneração de capitais próprios	-	390.963	53,65%	295.809	54,89%
Dividendos	13c	390.963		295.809	
Valor adicionado distribuído	-	728.634	100,00%	538.881	100,00%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1. A BV CORRETORA DE SEGUROS E SUAS OPERAÇÕES

A BV Corretora de Seguros S.A (Companhia, Entidade ou Instituição) é uma companhia de capital fechado que opera na forma de corretora de seguros, principalmente na realização de corretagem, intermediação, administração, consultoria e angariação na área de seguros e na área de serviços de assistência caracterizados como serviços complementares às atividades de seguros.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro (Conglomerado Econômico-Financeiro Votorantim), inclusive em relação ao gerenciamento de riscos. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas conforme as disposições previstas na legislação societária vigente, tendo a sua base de preparação as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Conforme IAS 1, as operações cujo vencimento é inferior a 12 meses estão apresentadas nestas Demonstrações Contábeis como ativo ou passivo "circulante" e as operações com vencimento superior a 12 meses são apresentadas como "não circulante", exceto os impostos diferidos (ativos e passivos) que são classificados como "não circulante".

b) Base de reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de instrumentos financeiros são reconhecidos na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são revertidos/baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa expiram ou quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, de tal forma que justifique a reversão. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na Demonstração do Resultado em Receitas/despesas financeiras no exercício em que ocorrem.

O valor justo dos ativos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra e venda. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recém contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado dependendo do mínimo possível de informações geradas pela Administração.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Estimativas contábeis e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração use de julgamentos na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas regularmente. As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Companhia são detalhadas na nota explicativa 4.

e) Autorização das Demonstrações Contábeis

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 20 de março de 2024.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a) Apuração do resultado

As receitas são reconhecidas de acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente ou CPC 48 - Instrumentos Financeiros, de acordo com a natureza de prestação de serviço ou rendimento de instrumento financeiro.

As despesas são reconhecidas nas Demonstrações Contábeis dos períodos a que se referem, seguindo o conceito das normas aplicáveis.

As receitas e as despesas de juros decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam remuneração são reconhecidas no resultado do período de acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 48, pela taxa efetiva de juros.

As receitas de serviços provindas de contratos com clientes são reconhecidas de acordo com os princípios descritos no CPC 47, pelo valor que reflita contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços, já líquido dos efeitos de cancelamentos de contratos de seguros.

A Companhia reconhece as receitas com a comercialização de contratos de seguros e a obrigação de restituição pelo cancelamento dos contratos, atualizando a mensuração da obrigação de restituição no final de cada período de reporte para alterações do valor de restituições, reconhecendo estes ajustes correspondentes como reduções da receita.

O processo de reconhecimento de receitas ocorre de acordo com as seguintes etapas:

- i. Identificação do contrato;
- ii. Identificação das obrigações de desempenho;
- iii. Determinação do preço da transação;
- iv. Alocação do preço da transação; e
- v. Reconhecimento da receita.

Despesas com serviços prestados são apropriadas ao longo do período em que os serviços são prestados.

Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas provenientes das tarifas e comissões forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, deixam de ser reconhecidas pelo CPC 47 e passam a ser reconhecidas considerando os preceitos do CPC 48, no resultado de forma diferida pelo fluxo e prazo do instrumento financeiro.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e outras aplicações, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

c) Ativos e passivos financeiros

De acordo com o CPC 48, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos, devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- i. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
- ii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado – designados a valor justo;
- iii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA);
- iv. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- v. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
- vi. Passivos Financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - designados a valor justo;
- vii. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Em relação aos ativos financeiros, a classificação contábil depende tanto da definição do Modelo de Negócios quanto do atendimento ao teste SPPI (*Solely Payments of Principal and Interest* - Somente Pagamento de Principal e Juros).

O teste de SPPI evidencia se os fluxos de caixa das operações são exclusivamente formados por pagamentos de principal e juros sobre o montante principal em aberto, esta avaliação é baseada na análise de performance e nos termos do ativo financeiro. Deste modo, é necessário avaliar se os ativos financeiros incluem termos contratuais que podem mudar o período ou a quantidade dos fluxos de caixa contratuais.

Os modelos de negócios da companhia refletem como um ativo financeiro ou grupos de ativos financeiros são gerenciados para se alcançar um objetivo de negócio. Sendo assim, a classificação dos modelos de negócios dos ativos financeiros da Companhia é feita conforme cada produto ou carteira de produtos é gerenciado, conforme requerido pelo CPC 48 e descrito a seguir:

- Modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos com o fim de receber fluxos de caixa contratuais: nesse modelo os ativos são mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva;
- Modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros: nesse modelo os ativos são mensurados ao valor justo, ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e juros) são reconhecidos no Patrimônio Líquido; e

- Outros modelos de negócio: nesse modelo são classificados os ativos que não estejam enquadrados em nenhum dos modelos descritos anteriormente ou que tenham sido designados a valor justo no resultado, sendo mensurados ao valor justo, ganhos e perdas são reconhecidos diretamente no resultado.

A classificação contábil segue o modelo de negócio atribuído, a menos que o instrumento não atenda ao Teste de SPPI. Os ativos financeiros que não passam no teste de SPPI não podem ser mensurados por meio de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, devendo obrigatoriamente serem mensurados por meio do valor justo por meio de resultado (marcação a mercado no resultado).

Os ativos podem ser mensurados como custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado:

- Custo amortizado: A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da apropriação (accrual) dos juros do ativo financeiro no resultado.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da marcação a mercado do ativo financeiro no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes".
- Valor justo por meio do resultado (VJR): A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da marcação a mercado do ativo financeiro no resultado.

(i) Instrumentos de Patrimônio

As características destes ativos financeiros não atendem os conceitos do teste SPPI, ou seja, não apresentam exclusivamente pagamento de principal e juros. Desta forma, automaticamente estes ativos devem ser classificados como valor justo por meio do resultado (VJR), exceto se a entidade optar pela opção irrevogável de classificá-los como valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Caso essa exceção seja utilizada, os ganhos ou perdas no valor justo do ativo são reconhecidos em outros resultados abrangentes e não são reclassificados para o resultado em nenhuma hipótese, somente dividendos recebidos são reconhecidos em resultado.

(ii) Outros critérios aplicados a instrumentos financeiros

Os rendimentos auferidos com os ativos financeiros, independentemente da categoria em que estão classificados, são calculados *pro rata die*, com base na variação do indexador e na taxa efetiva de juros, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

d) Ativos e passivos tributários

O Imposto de Renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% e a Contribuição Social foi apurada com base na alíquota de 9%, ambas, aplicáveis ao Lucro tributável.

A constituição do crédito tributário do Imposto de Renda e da Contribuição Social está fundamentado em estudo técnico comprobatório da capacidade de sua realização preparado pela Administração.

O PIS (Programa Integração Social) foi apurado com base nas alíquotas de 0,65% e 1,65% (regime não cumulativo), aplicáveis sobre as receitas financeiras e demais receitas auferidas pela Companhia, respectivamente, reduzida das exclusões e deduções permitidas pela legislação em vigor.

A COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) foi apurada com base na alíquota de 4% e 7,6% (regime não cumulativo), aplicáveis sobre as receitas financeiras e demais receitas auferidas pela Companhia, respectivamente, reduzida das exclusões e deduções permitidas pela legislação em vigor.

O ISS (Imposto Sobre Serviços) foi apurado considerando alíquota de 2% até 5% (alíquota varia de acordo com cada Município) sobre as receitas de serviços prestados pela Companhia.

Impostos correntes ativos e impostos correntes passivos somente são compensados, e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Ativo imobilizado (ativos tangíveis)

O ativo imobilizado é reconhecido pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear. Decorrente dessa prática, a taxa anual para depreciação de instalações é de 10%. A Companhia avalia ao fim de cada período de reporte se há alguma indicação de que um ativo tangível tenha sofrido desvalorização.

f) Provisões, passivos contingentes, obrigações legais e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

Ativos contingentes geralmente decorrem de eventos não planejados ou outros eventos inesperados que originam a possibilidade de um fluxo de entrada de benefícios econômicos à entidade. Os Ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Entretanto, quando a realização da receita for praticamente certa, então o respectivo ativo não é um ativo contingente e seu reconhecimento é efetuado.

g) Outros ativos e outros passivos

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas e provisão para perda, quando julgada necessária. Outros passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas (em base *pro rata die*).

h) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável e baixa – Aplicação Geral

O modelo de redução ao valor recuperável prevê a constituição de provisão como perdas de crédito esperadas para 12 meses ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira do contrato. Essa segregação se dá pela separação das carteiras em estágios, a migração de estágios ocorre em função do aumento/diminuição significativa no risco de crédito dos instrumentos.

No que tange aos ativos financeiros e demais ativos, são baixados quando a provisão para redução ao valor recuperável - imparidade atingir 100% do custo do ativo e, também for constatada a inexistência, em definitivo, de benefícios econômicos futuros, seja por obsolescência, descontinuidade de uso ou quando não houver, sob quaisquer circunstâncias, a capacidade de mensurar com confiabilidade tais benefícios econômicos.

i) Principais normas e interpretações que entraram em vigor em 2023

- **Alterações no CPC 23** - Altera a definição de estimativa contábil, como sendo valores constantes nas Demonstrações Contábeis que estão sujeitos à incerteza na sua mensuração e esclarece que uma mudança em estimativa contábil decorrente de novas informações não é uma retificação de erro. As alterações passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023. Não houve impactos na sua adoção inicial;
- **Alterações no CPC 26 - Classificação de passivos em circulante ou não circulante:** refere-se à apresentação dos passivos no balanço, sendo que as alterações visam (i) esclarecer que tal classificação deve ser realizada com base nos direitos da entidade, existentes ao fim do período de reporte, para diferir pagamentos por mais de 12 meses; (ii) esclarecer que a classificação não é afetada por expectativas sobre quando a entidade irá exercer o direito de diferir tais pagamentos e (iii) detalhar que a liquidação se refere à transferência de caixa, instrumentos patrimoniais ou outros ativos e serviços à contraparte. As alterações passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023. Não houve impactos na sua adoção inicial;
- **Alterações no CPC 26 - Alterações na divulgação de políticas contábeis:** As alterações tem por objetivo requerer que apenas as informações sobre políticas contábeis que forem materiais sejam divulgadas, ou seja, aquelas capazes de influenciar na tomada de decisão dos usuários primários das informações contábeis, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumarizem os requerimentos normativos. As alterações passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023. A Companhia avaliou que as informações divulgadas atendem aos requisitos da norma.
- **Alterações no CPC 32** - As alterações visam esclarecer que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplicam às operações de arrendamentos. As alterações passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023. Não houve impactos na sua adoção inicial.

j) Principais normas e interpretações que entrarão em vigor em períodos futuros

- **CPC 06 (R2)** - estabelece para o arrendatário (a) isenção do reconhecimento dos arrendamentos com prazo inferior a 12 meses e de valores imateriais; (b) registro inicial do arrendamento no ativo (direito de uso do bem) e no passivo a valor presente (passivo representativo das obrigações do arrendamento relativas aos direitos de uso); e (c) apropriação das despesas de amortização dos direitos de uso do bem e dos juros do passivo financeiro representativo das obrigações do arrendamento relativas ao direito de uso, pelo prazo de utilização do bem. As alterações são efetivas a partir de 01 de janeiro de 2025 e não são esperados impactos quando da sua adoção.

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS**1) Principais estimativas contábeis e julgamentos realizados no uso destas estimativas, bem como na aplicação de políticas contábeis**

A elaboração de Demonstrações Contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material nas Demonstrações Contábeis. A Administração aplica, em base continuada e com revisão periódica, julgamentos que afetam os montantes apresentados nas Demonstrações Contábeis, sendo que os resultados efetivamente incorridos podem ser divergentes das estimativas. A seguir, estão descritas políticas contábeis adotadas que possuem elevado grau de julgamento.

a) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

As exigências de provisão para perdas por redução ao valor recuperável requerem um modelo de perda de crédito esperada considerando premissas, tais como:

- Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito: A partir do acompanhamento de indicadores de risco de crédito, do monitoramento contínuo da situação financeira das contrapartes e de informações públicas consegue-se determinar se houve acréscimo ou decréscimo significativo no risco de crédito.
- Prazo: Considera-se o prazo máximo de contrato como tempo de exposição ao risco de crédito quando há uma data de vencimento definida, caso contrário estima-se a vida esperada do ativo financeiro conforme período de exposição ao risco de crédito.
- Informações prospectivas: Utilização de informações de caráter *forward looking*, como expectativas macroeconômicas, para refletir os impactos de eventos futuros na perda esperada.
- Cenários de perda ponderados pela probabilidade: Utilização de cenários macroeconômicos imparciais e ponderados para estimar a perda esperada em um horizonte de tempo adequado.

b) Projeção de resultados futuros para a realização de ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

A realização de ativos fiscais diferidos está suportada pelas projeções orçamentárias da Companhia, devidamente aprovadas pelos órgãos de Governança. Referidas projeções estão embasadas no planejamento estratégico vigente, que considera premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico (como inflação e taxa de juros), desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros.

c) Valor justo dos instrumentos financeiros

São aplicadas técnicas específicas de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis. Tal apuração incorpora premissas sob julgamento da Administração, a qual leva em consideração a avaliação das informações e circunstâncias de mercado.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2023	31.12.2022
Disponibilidades	60	230
Total	60	230

6. ATIVOS FINANCEIROS - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**a) Composição da carteira por categoria e por tipo de papel**

	31.12.2023				31.12.2022		
	Total						
	De 1 a 5 anos	Valor de custo	Valor contábil/justo	Ajuste ao valor justo	Valor de custo	Valor contábil/justo	Ajuste ao valor justo
1 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	195.324	195.324	195.324	-	354.765	354.765	-
Certificado de Depósito Bancário	195.324	195.324	195.324	-	354.765	354.765	-
Total	195.324	195.324	195.324	-	354.765	354.765	-

BV Corretora de Seguros S.A.Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Receitas financeiras

	Exercício/2023	Exercício/2022
Aplicações em títulos de renda fixa	32.520	46.948
Aplicações em operações com acordo de revenda	-	30.042
Total	32.520	76.990

7. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO

	31.12.2023	31.12.2022
Outros ativos financeiros	58.200	38.994
Comissão de corretagem de seguros a receber	58.200	38.994
Total	58.200	38.994
Ativo circulante	58.200	38.994

8. ATIVOS FISCAIS**a) Ativos fiscais correntes**

	31.12.2023	31.12.2022
Imposto de renda a recuperar	4.005	9.990
Total	4.005	9.990
Ativo circulante	4.005	9.990

b) Ativos fiscais diferidos

	31.12.2023	31.12.2022
Provisões passivas	8.719	8.355
Outras diferenças temporárias	417	507
Total	9.136	8.862
Ativo não circulante	9.136	8.862

BV Corretora de Seguros S.A.Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2023.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2024	5.310	4.824
Em 2025	280	231
Em 2026	2.963	2.242
Em 2027	166	114
Em 2028	417	261
Total de créditos tributários	9.136	7.672

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, observou-se a realização parcial de créditos tributários na BV Corretora de Seguros no montante de R\$ 5.899 (R\$ 6.774 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Diferenças intertemporais ¹
Em 2024	58%
Em 2025	3%
Em 2026	32%
Em 2027	2%
Em 2028	5%

¹ A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

c) Ativo fiscal diferido (Crédito tributário – Não ativado)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve saldo não constituído de crédito tributário.

9. ATIVO IMOBILIZADO (ATIVOS TANGÍVEIS)

	31.12.2022	Exercício/ 2023 ¹	31.12.2023		
	Saldo contábil	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Instalações	73	(10)	98	(35)	63
Total	73	(10)	98	(35)	63

BV Corretora de Seguros S.A.Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31.12.2021	Exercício / 2022 ¹	31.12.2022		
	Saldo contábil	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Instalações	83	(10)	98	(25)	73
Total	83	(10)	98	(25)	73

¹ No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve aquisições e baixas de ativo imobilizado.**10. OUTROS ATIVOS**

	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos judiciais (Nota 19c)	26	23
Incentivos fiscais ¹	1.904	904
Despesas antecipadas	149	224
Outros	730	464
Total	2.809	1.615
Ativo circulante	804	538
Ativo não circulante	2.005	1.077

¹ Valor contábil líquido de provisões.**11. PASSIVOS FISCAIS****a) Passivos fiscais correntes**

	31.12.2023	31.12.2022
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	110.937	78.495
Impostos e contribuições sobre o salários	537	482
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	-	14
PIS	1.288	1.053
COFINS	5.957	4.887
ISS	1.467	1.149
Total	120.186	86.080
Passivo circulante	120.186	86.080

b) Despesas tributárias

	Exercício/2023	Exercício/2022
COFINS	(56.468)	(37.280)
PIS	(12.188)	(7.925)
Outras	(342)	(15)
Total	(68.998)	(45.220)

12. OUTROS PASSIVOS

	31.12.2023	31.12.2022
Provisão para participações nos lucros	7.088	4.700
Provisão para despesas de pessoal	7.611	7.322
Comissões antecipadas sobre seguros	6	168
Obrigações por cancelamentos	7.266	10.702
Obrigações legais (Nota 19d)	8.113	6.165
Dividendos a pagar	111.030	295.809
Valores a pagar a sociedades ligadas ¹	6.255	1.637
Outros	178	175
Total	147.547	326.678
Passivo circulante	147.231	324.887
Passivo não circulante	316	1.791

¹ Contempla os efeitos do convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados com a controladora.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O Capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 1.000 (R\$ 1.000 em 31 de dezembro de 2022), está representado por 200.000 ações subscritas e integralizadas (200.000 em 31 de dezembro de 2022).

Conforme Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovado o aumento de Capital Social, no valor de R\$ 85.285, mediante incorporação da reserva legal, sem a emissão de novas ações e, subseqüentemente, a redução de Capital Social, no valor de R\$ 735.959, sem cancelamento de ações.

b) Reserva de lucros**Reserva legal**

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de capital exceder 30% do Capital social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva estatutária

A lei e o Estatuto Social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à Reserva legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para "Reserva estatutária", com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, o saldo de reserva também poderá ser utilizado para pagamento de dividendos.

BV Corretora de Seguros S.A.Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado dividendos mínimos obrigatórios, tanto sob a forma de dividendos quanto de juros sobre capital próprio, correspondentes a 25% do lucro líquido de cada período, deduzindo-se o montante destinado à reserva legal (Lucro líquido ajustado).

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995 e n.º 12.973/2014 e com o Estatuto Social da Companhia, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de dividendos.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia realizou as seguintes distribuições:

	Exercício/2023					
	Valor deliberado (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações - R\$	Data base da posição acionária	Valor pago (R\$ mil)	Valor a pagar (R\$ mil)	Data limite de pagamento
Dividendos	390.963	1.954.820	31.12.2023	279.934	111.030	a pagar até 31.12.2024
Total destinado aos acionistas	390.963	1.954.820		279.934	111.030	

	Exercício/2022			
	Valor deliberado (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações - R\$	Data base da posição acionária	Data de pagamento
Dividendos	295.809	1.479.045	31.12.2022	15.05.2023
Dividendos ¹	400.067	2.000.335	31.03.2022	31.05.2022
Total destinado aos acionistas	695.876	3.479.380		

¹ Montante distribuído através da Reserva de lucros.

	Exercício/2023	Exercício/2022
Lucro líquido do período	390.963	295.809
Base de cálculo	390.963	295.809
Dividendos	390.963	295.809
Valor proposto	390.963	295.809
% sobre a base de cálculo	100%	100%

¹ No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi constituída Reserva legal, pois alcançou o limite de 20% do Capital social.

14. RECEITAS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	Exercício/2023	Exercício/2022
Comissão de corretagem de seguros	742.932	472.143
Total ¹	742.932	472.143

¹ Inclui os efeitos das obrigações por cancelamentos dos contratos de seguros.

BV Corretora de Seguros S.A.Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

15. DESPESAS DE PESSOAL

	Exercício/2023	Exercício/2022
Honorários	(2.300)	(2.313)
Benefícios	(5.594)	(2.667)
Encargos sociais	(9.640)	(5.081)
Proventos	(26.740)	(19.173)
Demandas trabalhistas	(897)	(772)
Treinamentos	(421)	(218)
Participação nos lucros e resultados	(7.389)	(4.562)
Previdência privada complementar	(839)	(387)
Total	(53.820)	(35.173)

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercício/2023	Exercício/2022
Aluguéis	(747)	(84)
Comunicações	(655)	(79)
Contribuições filantrópicas	(7.912)	(4.180)
Manutenção e conservação de bens	(477)	(59)
Processamento de dados	(13.633)	(1.841)
Propaganda e publicidade	(80)	(8)
Publicações	(15)	(15)
Serviços técnicos especializados	(14.122)	(3.193)
Depreciação	(10)	(10)
Outras ¹	(16.717)	(4.686)
Total	(54.368)	(14.155)

¹ Contempla os efeitos do convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados com a controladora.

17. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	Exercício/2023	Exercício/2022
Outras receitas	1.055	1.067
Reversão de provisão para passivos contingentes	-	83
Atualização de tributos pagos a maior	-	63
Reversão de provisão para perdas ao valor recuperável (impairment) de investimentos por incentivos fiscais	1.000	904
Outros	55	17
Outras despesas	(1.109)	(361)
Demandas fiscais	(1.948)	(1.362)
Provisão para processos trabalhistas	(93)	-
Atualização de depósitos em garantia	-	(64)
Outros	(123)	(2)
Total	(893)	(295)

18. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Demonstração das despesas de IR e CSLL**

	Exercício/2023	Exercício/2022
Valores correntes	(193.037)	(146.386)
IR e CSLL no país - Corrente	(193.037)	(146.386)
Ativo fiscal diferido	273	(3.087)
Provisões passivas	364	(3.005)
Outras diferenças temporárias	(91)	(82)
Total	(192.764)	(149.473)

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Exercício/2023	Exercício/2022
Resultado antes dos impostos e contribuições sobre o lucro	583.727	445.282
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(192.764)	(149.473)
Encargo total do IR (25%) e CSLL (9%)	(198.467)	(151.397)
Encargos sobre despesas não dedutíveis	(2.697)	(1.427)
Encargos sobre participações dos empregados nos lucros e resultados	2.512	1.551
Incentivos fiscais (PAT, cultura e outros)	8.384	4.430
Outros valores	(2.496)	(2.630)

19. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**a) Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas – Prováveis**

A Companhia constitui provisão para demandas fiscais e cíveis com risco de perda provável, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

Para as ações fiscais, a Companhia está sujeita, em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias, a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidade); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISS, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins e contribuições previdenciárias patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

As ações cíveis referem-se, basicamente, a ações indenizatórias, revisão das condições e encargos contratuais e tarifas. Para as ações classificadas como massificadas a estimativa de desfecho e valor financeiro são calculados através de modelo estatístico. Para os demais casos, as estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da Administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos e contadores com base nos elementos e decisões do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

Para as ações trabalhistas, a Companhia o é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas que representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

A Administração da Companhia considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais, cíveis e trabalhistas.

Movimentações nas provisões classificadas como prováveis

	Demandas fiscais		Demandas trabalhistas	
	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Saldo inicial	-	67	571	587
Constituições	-		52	9
Reversão da provisão	-	(69)	-	(61)
Atualizações	-	2	41	36
Saldo final	-	-	664	571

Cronograma esperado de desembolsos em 31 de dezembro de 2023

	Trabalhistas
Até 5 anos	664
Total	664

b) Passivos contingentes – Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Companhia. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2023	31.12.2022
Demandas fiscais ¹	5.883	6.289
Total	5.883	6.289

¹ Referem-se, basicamente, às ações de cobrança de ISS. Em 31 de dezembro de 2023, as multas relativas à não homologação de compensações (PER/DCOMP) foram canceladas pela Receita Federal, em cumprimento à decisão do STF (Tema 736) de março de 2023.

c) Depósito em garantia de recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2023	31.12.2022
Demandas trabalhistas	17	15
Demandas cíveis	9	8
Total	26	23

BV Corretora de Seguros S.A.Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Obrigações Legais

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém registrado na rubrica Outros Passivos a obrigação legal no montante de R\$ 8.113 (R\$ 6.165 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia obteve liminar para assegurar que recolha o PIS e a COFINS sem a inclusão do ISS até o julgamento do processo, suspendendo-se a exigibilidade da referida parcela.

20. PARTES RELACIONADAS**a) Sumário das transações com partes relacionadas**

As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Banco Votorantim, Conglomerado Banco do Brasil e a Votorantim S.A.

	31.12.2023 ¹		
	Conglom. Banco do Brasil	Banco Votorantim S.A. e controladas	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	15	38	53
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	195.324	195.324
Passivos			
Outros passivos	-	(117.285)	(117.285)
	Exercício/2023 ¹		
Resultado			
Receitas financeiras	-	32.520	32.520
Despesas administrativas	-	(1.117)	(1.117)

	31.12.2022 ¹		
	Conglom. Banco do Brasil	Banco Votorantim S.A.	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	61	160	221
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	354.765	354.765
Passivos			
Outros passivos	-	(302.049)	(302.049)
	Exercício/2022 ¹		
Resultado			
Receitas financeiras	-	76.990	76.990
Despesas administrativas	-	(3.948)	(3.948)

¹ Não houve transações com a parte relacionada Votorantim S.A. ou qualquer outra parte relacionada não mencionada no quadro acima ao longo do período.

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os principais benefícios oferecidos aos empregados do Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, previstos em acordo coletivo da categoria são seguro saúde, seguro de vida, assistência odontológica, vales refeição e alimentação, programas de remuneração variável e participação nos lucros e resultados. Dentre os benefícios mencionados, destacamos os programas de remuneração variável.

No primeiro semestre de 2017, o Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, implementou um novo programa de remuneração variável. São elegíveis ao programa os diretores e empregados do Conglomerado. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 09 de março de 2017 e foram encerrados no exercício de competência de 2018, com efeitos até fevereiro de 2023.

Em 2021, o Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, implementou para os executivos, um plano de incentivo de longo prazo, que consiste em uma expectativa de direito de recebimento em ações virtuais, condicionado ao desempenho da organização no horizonte do tempo, com o objetivo (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos executivos aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor; e (iv) criação de uma visão de longo prazo. Este plano tem duração de até 4 anos.

Em 31 de dezembro de 2023, os montantes relativos as transações de incentivos de longo prazo reconhecidos no resultado em Despesa de pessoal - Proventos foi de R\$ 1.048 (R\$ 1.619 em 31 de dezembro de 2022). Tais incentivos tornam-se de direito entre 1 e no máximo 4 anos contados da data da concessão.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não ocorreram pagamentos aos colaboradores referentes aos programas de remuneração de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou na rubrica Outros passivos - Provisão para despesas de pessoal o montante de R\$ 2.240 (R\$ 1.619 em 31 de dezembro de 2022).

Movimentação de ações virtuais

Plano ILP	31.12.2023	31.12.2022
Quantidade inicial	-	-
Novas / Atualizações	483.474	-
Quantidade final ¹	483.474	-

¹ O Plano ILP para executivos nesta Companhia iniciou no exercício de competência de 2022.

Além dos benefícios previstos em acordo coletivo da categoria, o Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, ainda oferece outros benefícios, dentre os quais destacamos o plano de previdência privada de contribuição definida, nas modalidades PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) e VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres), onde o Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, na qualidade de patrocinador contribui para formação do montante a ser revertido em renda complementar de aposentadoria pós-emprego.

O programa de previdência privada tem como objetivo (i) reforçar o vínculo de longo prazo; (ii) conscientização do planejamento financeiro; e (iii) complementar a renda na aposentadoria.

22. GERENCIAMENTO DE RISCOS

1) Processo de gestão de riscos

O Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, realiza a gestão do risco de crédito por intermédio da adoção de instrumentos e ferramentas que permitem a identificação, avaliação, mensuração, acompanhamento e reporte do risco incorrido em suas atividades nas principais etapas do risco de crédito, sendo elas a concessão de crédito, monitoramento de crédito e recuperação de crédito.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, através de um processo estruturado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

Em linha ao estabelecido pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Instituição dispõe de estruturas e políticas institucionais para o gerenciamento do risco operacional, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez aprovados pelo Conselho de Administração. Os princípios básicos observados na gestão e controle foram estabelecidos de acordo com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

a) Risco de crédito

(i) Definição

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; e
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

Os estágios de enquadramento dos ativos são revistos mensalmente, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira dos clientes. Poderão ocorrer migrações de operações entre os estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação.

Um ativo migrará de estágio a medida que seu risco de crédito aumentar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado for revertido, o ativo financeiro poderá voltar para estágios anteriores.

b) Risco mercado

Definição

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de commodities, entre outros.

Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por um departamento independente do tomador de risco.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- **Nível 2:** inputs incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os ativos financeiros estão contabilizados pelo seu valor justo, sendo que os títulos públicos enquadram-se no nível 1 e as cotas de fundos de investimento no nível 3.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços que representam transações de mercado reais e ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

A melhor evidência de valor justo é o preço cotado em mercado ativo. A maioria das técnicas de avaliação emprega dados observáveis de mercado, caracterizando alto grau de confiança no valor justo estimado.

O valor justo apurado para os instrumentos financeiros classificados como Nível 1 pressupõe o apreçamento, no mínimo diário, através de cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes.

c) Risco de liquidez

(i) Definição

Risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) Risco operacional**(i) Definição**

Risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Esta definição inclui o risco legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas e externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Companhia;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades da Companhia;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pela Companhia.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento**

	Passivos	Patrimônio líquido		Total
	Dividendos	Capital social	Reservas de capital e de lucros	
Saldo em 31.12.2022	295.809	1.000	200	297.009
Destinação de resultado ¹	249.934	-	-	249.934
Variações com efeito de caixa	(545.743)	-	-	(545.743)
Dividendos pagos	(545.743)	-	-	(545.743)
Variações sem efeito de caixa	111.030	-	-	112.230
Dividendos a pagar	111.030	-	-	112.230
Saldo em 31.12.2023	111.030	1.000	200	113.430

¹ Não contempla o montante de dividendos a pagar no exercício findo em 31 dezembro de 2023.

BV Corretora de Seguros S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Passivos	Patrimônio líquido		Total
	Dividendos	Capital social	Reservas de capital e de lucros	
Saldo em 31.12.2021	73.777	651.674	485.552	1.211.003
Variações com efeito de caixa	(473.844)	(735.959)	-	(1.209.803)
Dividendos pagos	(473.844)	-	-	(473.844)
Redução de capital	-	(735.959)	-	(735.959)
Variações sem efeito de caixa	695.876	85.285	(485.352)	295.809
Transferências sobre reservas de lucros	400.067	85.285	(485.352)	-
Dividendos a pagar	295.809	-	-	295.809
Saldo em 31.12.2022	295.809	1.000	200	297.009

A DIRETORIA

Rodrio Andrade de Moraes - Contador - CRC 1SP-220814/O-6

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 0B352574A0934FF098AC9E1DB62B9A28

Status: Concluído

Assunto: Complete com a DocuSign: DF - BV Corretora de Seguros Dez23.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 33

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 8

Rubrica: 0

Eduardo CMuzzette

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

eduardo.cmuzzette@pwc.com

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Endereço IP: 54.94.237.112

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Eduardo CMuzzette

Local: DocuSign

20 de março de 2024 | 19:45

eduardo.cmuzzette@pwc.com

Status: Original

Portador: CEDOC Brasil

Local: DocuSign

20 de março de 2024 | 20:26

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com

Eventos do signatário

Maria José De Mula Cury

maria.jose.cury@pwc.com


Sócia

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Assinatura

DocuSigned by:



BD5F5065D1DF493...

Registro de hora e data

Enviado: 20 de março de 2024 | 19:47

Visualizado: 20 de março de 2024 | 20:23

Assinado: 20 de março de 2024 | 20:26

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 54.94.244.235

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 21 de fevereiro de 2022 | 20:53

ID: 9ac7c65b-eae2-4d38-93cb-8e943420702c

Nome da empresa: PwC

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eduardo CMuzzette eduardo.cmuzzette@pwc.com	Copiado	Enviado: 20 de março de 2024 20:26 Visualizado: 20 de março de 2024 20:26 Assinado: 20 de março de 2024 20:26
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)		
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através do DocuSign		
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
----------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
--------------------------------------	---------------	-----------------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	20 de março de 2024 19:47
Entrega certificada	Segurança verificada	20 de março de 2024 20:23
Assinatura concluída	Segurança verificada	20 de março de 2024 20:26
Concluído	Segurança verificada	20 de março de 2024 20:26

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: fiche.alessandra@pwc.com

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, PwC (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format,

and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact PwC:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

To advise PwC of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from PwC

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with PwC

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PwC as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PwC during the course of your relationship with PwC.